



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001.

Dispõe sobre a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional e o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, institui o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE-Brasil, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º A Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, instituída pelo Decreto nº 99.540, de 21 de setembro de 1990, tem as seguintes atribuições:

I - planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos de zoneamento ecológico-econômico;

II - articular com os Estados, apoiando-os na execução dos seus respectivos trabalhos de zoneamento ecológico-econômico, compatibilizando seus trabalhos com aqueles executados pelo Governo Federal.

~~Art. 2º A Comissão Coordenadora será integrada por um representante de cada Ministério a seguir indicado:~~

- ~~I - da Justiça;~~
- ~~II - da Defesa;~~
- ~~III - da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;~~
- ~~IV - do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;~~
- ~~V - de Minas e Energia;~~
- ~~VI - dos Transportes;~~
- ~~VII - do Desenvolvimento Agrário;~~
- ~~VIII - do Planejamento, Orçamento e Gestão;~~
- ~~IX - da Ciência e Tecnologia;~~
- ~~X - do Meio Ambiente; e~~
- ~~XI - da Integração Nacional.~~
- ~~XII - do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; [\(Incluído pelo Decreto de 12 de fevereiro de 2004\)](#)~~
- ~~XIII - das Cidades. [\(Incluído pelo Decreto de 12 de fevereiro de 2004\)](#)~~

Art. 2º A Comissão Coordenadora será integrada por um representante: [\(Redação dada pelo Decreto de 19 de agosto de 2008\)](#)

I - de cada Ministério a seguir indicado: [\(Redação dada pelo Decreto de 19 de agosto de 2008\)](#)

a) da Justiça; [\(Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008\)](#)

b) da Defesa; [\(Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008\)](#)

c) da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; [\(Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008\)](#)

d) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; [\(Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008\)](#)

e) de Minas e Energia; [\(Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008\)](#)

- f) dos Transportes; ([Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008](#))
- g) do Desenvolvimento Agrário; ([Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008](#))
- h) do Planejamento, Orçamento e Gestão; ([Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008](#))
- i) da Ciência e Tecnologia; ([Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008](#))
- j) do Meio Ambiente; ([Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008](#))
- l) da Integração Nacional; ([Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008](#))
- m) do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e ([Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008](#))
- n) das Cidades; e ([Incluído pelo Decreto de 19 de agosto de 2008](#))

II - da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. ([Redação dada pelo Decreto de 19 de agosto de 2008](#))

§ 1º Compete ao representante do Ministério do Meio Ambiente coordenar os trabalhos da Comissão.

§ 2º O coordenador da Comissão poderá convidar representantes de entidades governamentais ou de outras instituições para participarem das reuniões, sem direito a voto, ou dos trabalhos de zoneamento.

§ 3º Os Governos Estaduais serão convidados para integrar a Comissão Coordenadora, na condição de membros, quando áreas de seus respectivos territórios forem objeto de zoneamento.

§ 4º A Comissão Coordenadora será assessorada tecnicamente pelo Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE-Brasil, de que trata o art. 6º deste Decreto.

Art. 3º O Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, no nível macrorregional e regional, será realizado pelo Governo Federal, observados os limites de sua competência.

§ 1º O Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional norteará a elaboração dos planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

§ 2º Os trabalhos de zoneamento serão conduzidos de acordo com os seguintes princípios:

I - abordagem interdisciplinar visando à integração de fatores e processos para possibilitar a elaboração de zoneamento, levando-se em conta a estrutura e a dinâmica ambiental e econômica, bem como os valores histórico-evolutivos do patrimônio biológico e cultural do País; e

II - visão sistêmica que propicie a análise de causa e efeito, permitindo estabelecer as relações de interdependência entre os subsistemas físico-biótico e sócio-econômico.

Art. 4º As atividades de zoneamento ecológico-econômico serão exercidas pelo Ministério do Meio Ambiente, em conjunto com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Integração Nacional.

Art. 5º A Comissão Coordenadora examinará e aprovará as programações e aplicações anuais de recursos referentes às dotações previstas nos planos plurianuais e às consignadas nas leis orçamentárias para o zoneamento ecológico-econômico, a fim de compatibilizar a execução e os resultados dos correspondentes trabalhos com a competência conjunta de que trata o art. 4º

Parágrafo único. Serão igualmente analisadas e aprovadas pela Comissão Coordenadora:

I - as propostas de ampliação ou de redução de dotações relacionadas ao zoneamento ecológico-econômico; e

II - as diretrizes para negociações e entendimentos com órgãos e entidades nacionais ou estrangeiras, objetivando a obtenção de financiamentos para o zoneamento ecológico-econômico.

Art. 6º Fica instituído o Grupo de Trabalho Permanente para a Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico, denominado de Consórcio ZEE-Brasil, com as seguintes atribuições:

I - executar trabalhos de zoneamento ecológico-econômico a cargo do governo federal;

II - servir como órgão de assessoria técnica à Comissão Coordenadora;

III - elaborar a linha metodológica do zoneamento ecológico-econômico do país em plano nacional;

IV - elaborar as linhas metodológicas para o zoneamento ecológico-econômico em nível nacional, levando em consideração todos os indicadores, tais como biomas, bacias hidrográficas e eixos nacionais de integração e desenvolvimento;

V - orientar a elaboração do termo de referência do zoneamento ecológico-econômico em nível nacional;

VI - coordenar o intercâmbio técnico e metodológico junto aos Estados, com vistas à elaboração e acompanhamento dos seus respectivos zoneamentos ecológico-econômico; e

VII - prestar assessoria técnica aos Estados da Federação.

Art. 7º O Grupo de Trabalho Permanente será integrado por um representante de cada órgão e entidade a seguir indicados:

I - Ministério do Meio Ambiente;

II - Ministério da Integração Nacional;

III - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;

IV - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM;

V - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

VI - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

VII - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

VIII - Agência Nacional de Águas - ANA; e

IX - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

X - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - CODEVASF; [\(Incluído pelo Decreto de 12 de fevereiro de 2004\)](#)

XI - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; e [\(Incluído pelo Decreto de 12 de fevereiro de 2004\)](#)

XII - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM. [\(Incluído pelo Decreto de 12 de fevereiro de 2004\)](#)

XIII - Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE; [\(Incluído pelo Decreto de 14 de setembro de 2006\)](#)

XIV - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA; e [\(Incluído pelo Decreto de 14 de setembro de 2006\)](#)

XV - Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS. [\(Incluído pelo Decreto de 14 de setembro de 2006\)](#)

§ 1º As atividades do Grupo serão executadas na respectiva área de atuação de cada órgão ou entidade nele representado.

§ 2º A coordenação dos trabalhos do Grupo será exercida pelo representante do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 9º A participação na Comissão Coordenadora e no Grupo de Trabalho Permanente é considerada como de relevante interesse público e não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se os [Decretos nºs 99.540, de 21 de setembro de 1990](#) e [707, de 22 de dezembro de 1992](#).

Brasília, 28 de dezembro de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Sarney Filho

Este texto não substitui o publicado no DOU de 31.12.2001